

É evidente que precisamos, hoje, de uma educação mais moderna, que atraia o jovem à sala de aula, que dialogue com os problemas efetivos da nossa sociedade.

Além de história, geografia, matemática e português, que precisam ser ensinadas de maneira exemplar no nosso currículo, também deveríamos incluir outros assuntos, como legislação, empreendedorismo nas escolas, educação financeira, noções básicas de programação, internet. Essa é a escola do futuro que precisamos construir. É a escola que defendemos e que defenderemos ainda mais em nosso mandato.

- Assume a Presidência o Sr. Bruno Caetano.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO CAETANO - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Bruno Caetano, me associo ao que disse V. Exa., concordo plenamente com as críticas que fez ao “sinistro” da Educação.

Esse ministro é um absurdo, é um esculacho total, é uma vergonha para o Brasil e para a educação brasileira ter um ministro como esse, que diz coisas absurdas. Assim, eu me associo ao que disse Vossa Excelência.

Eu estive, nesta semana, na última segunda-feira, em uma reunião na Secretaria de Administração Penitenciária. Eu estive acompanhando os trabalhadores do sistema prisional, sobretudo o sindicato dos funcionários do sistema prisional do estado de São Paulo. Nós fomos conhecer o novo secretário e levar a ele as reivindicações dos servidores, dos trabalhadores e trabalhadoras do sistema prisional. Eles estão com os salários archoados, defasados; são vítimas de perseguição de todos os lados. São atacados pelo crime organizado, pelo governo, por muitos diretores de presídio, que transferem aleatoriamente esses servidores. A situação deles é muito grave. Há uma porcentagem muita alta de adoecimento no trabalho, por conta do assédio, da carga excessiva de trabalho, da tensão que existe hoje nos presídios, muitos deles dominados pelo crime organizado.

Eu acompanhei o sindicato, que entregou uma pauta com muitas reivindicações importantes. Eu apoio todas. A primeira discussão que nós fizemos com o secretário foi em relação à proposta do governador João Doria de privatizar os presídios, que, para nós, é uma medida altamente perigosa. Já de antemão nos colocamos contra, até porque, nos Estados Unidos, onde essa experiência já foi testada, ela fracassou. Muitos estudos estão pegando de volta os presídios, porque quando você privatiza o presídio e o entrega a uma empresa privada, ela visa ao lucro. Ela tem esse viés - o viés do lucro. Isso não funciona no sistema prisional. É um absurdo. Nós estamos preocupados com essa proposta, sem contar que isso vai penalizar imensamente os servidores do sistema prisional.

Mas a pauta é imensa, Sr. Presidente. Nem consigo ler aqui, porque são vários itens. Eu vou até pedir, ao final do meu pronunciamento, que a pauta dos servidores do sistema prisional seja publicada no Diário Oficial, para que a população saiba qual é a situação dos nossos servidores. Há vários itens aqui; esse é um. Nós somos totalmente contra a privatização dos presídios.

Nós temos aqui, por exemplo, a questão do lamspe. Nossos servidores, principalmente os que estão no interior de São Paulo, têm dificuldade de acessar clínicas conveniadas. Muitas vezes, não têm, na prática, acesso à assistência médica. Temos, ainda: a questão da data-base salarial, que nunca é respeitada para os servidores, sobretudo para os do sistema prisional; o fim dos processos administrativos disciplinares contra os servidores que lutaram nas greves de 2014 e 2015; o fim das transferências arbitrárias dos servidores; a chamada - isso é fundamental - dos aprovados nos concursos realizados pela SAP.

A SAP não está chamando. O governo realizou concursos, e não há chamada. Nós temos um déficit enorme de servidores no sistema prisional. Faltam muitos servidores. Vários concursos foram realizados, e o governo não chama. Houve concurso em 2013, 2014, 2017, e não há chamada. É um absurdo. Então, faço um apelo ao governador João Doria para que libere a chamada das pessoas que foram aprovadas nesses concursos. Nós estamos com um sistema prisional falido, carcomido no estado de São Paulo, e um dos motivos, além da superlotação dos presídios, é a falta de servidores. O governo não chama os servidores. Então, faço esse apelo.

Sr. Presidente, solicito que o documento do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo, com a pauta da campanha salarial de 2019, seja publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo e que cópias sejam encaminhadas ao governador João Doria, para que providências sejam tomadas e as reivindicações sejam atendidas. Então, todo nosso apoio à luta dos servidores do sistema prisional.

Pauta da campanha salarial 2019 dos trabalhadores do sistema prisional:

- Não à privatização do sistema prisional do estado de São Paulo;

- Criação da lei orgânica com base na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 372/2016, que estabelece a Polícia Penal;

- Reposição salarial de 29,31% (Índice medido pelo IGP-M) com base nas perdas inflacionárias desde julho de 2014;

- Valorização salarial de 50% para todas as categorias do sistema prisional paulista;

- Fim do teto dos tickets-alimentação/refeição;

- Estabelecimento com bônus penitenciário - conforme acordo fechado com o governo do Estado após a greve de 2014;

- Concessão de aposentadoria especial com paridade e integralidade para todos os servidores da SAP;

- Respeito à data-base da categoria - mês de março - conforme versa a Lei Estadual nº 12.391/2006;

- Dotação orçamentária para projeto de saúde mental dos trabalhadores da SAP, seguida de regulamentação da lei para todos os servidores;

- Pagamento do adicional de insalubridade em valores integrais para os servidores readaptados;

- Fim dos processos administrativos disciplinares (PADs) contra companheiros que lutaram nas greves de 2014 e 2015;

- Fim das transferências arbitrárias dos servidores;

- Criação de um cronograma de nomeação dos servidores aprovados nos concursos em aberto, entre eles os que provêm cargos para Agente de Segurança Penitenciária (ASP) feminino de 2013 e de 2014, Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (AEVP) de 2014, ASP masculino e feminino de 2017 e carreiras de psicólogo, enfermeiro, assistente social e oficiais administrativos, entre outros integrantes das áreas-meio da SAP de 2017;

- Credenciamento de mais clínicas e de mais médicos para atender aos servidores que contribuem com o Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual (IAMSPE).

O SIFUSPESP e os milhares de trabalhadores penitenciários que fazem parte de seu quadro de associados e que endossam essa pauta ainda reivindicam o respeito à Lei nº 16.884, de 21 de dezembro de 2018.

Em seu artigo 41, tal lei estabelece que “na projeção das despesas de pessoal ativo, inativo e pensionista para o exercício orçamentário de 2019, o governo do Estado de São Paulo deverá observar”:

“I - os quadros de cargos e funções a que se refere o § 5º do artigo 115 da Constituição do Estado;

II - o montante gasto no exercício vigente, a previsão de crescimento vegetativo da folha de pagamento, a previsão de revisão de remuneração e plano de cargos e carreiras, os dispositivos e os limites para os gastos com pessoal estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

III - a realização de estudos visando à valorização das carreiras e dos vencimentos dos servidores do Estado, nos termos da Lei nº 12.391, de 23 de maio de 2006.”

Os trabalhadores penitenciários também pedem respeito à revisão anual da remuneração e dos subsídios pagos aos servidores públicos, que é garantida pela Constituição Federal, conforme determina a emenda 37, aprovada pelo Congresso Nacional e ratificada pela Presidência da República em 4 de junho de 1998.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO CAETANO - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, não posso deixar de manifestar a minha insatisfação com o ministro da Educação. Eu falo que ele é o “sinistro” da Educação, a ignorância da Educação. Esse ministro defende o programa Escola sem Partido contra os professores e a volta da educação moral e cívica, que foi introduzida no currículo escolar pelos militares no golpe de 64 justamente para introduzir a ideologia de segurança nacional.

Não havia nada de moral e cívica, a disciplina foi colocada no currículo escolar com o OSPB e com o EPB no ensino universitário justamente para inculcar nos nossos alunos a ideologia de segurança nacional e de estado autoritário, para que eles aceitassem a ditadura militar, para fazer a cabeça deles.

É um absurdo total. É um ministro que saiu da Idade Média. Ele é bem coisa do governo Bolsonaro, assim como aquela Damares, que é uma pessoa totalmente fora da realidade. Há ainda o ministro das Relações Exteriores. Ali é o núcleo dos fanáticos, da ignorância e da estupidez do governo Bolsonaro.

Sr. Presidente, não vou nem perder muito tempo com isso, porque eles querem tirar o foco do grande debate do governo que é a reforma da Previdência, dos banqueiros, da grande mídia e do poder econômico. Eles querem fazer uma reforma da Previdência contra o povo brasileiro.

Essa minuta que está sendo debatida hoje e que foi apresentada pelo governo Bolsonaro e pelo Paulo Guedes é um atentado criminoso contra a seguridade social e contra a aposentadoria do povo brasileiro. Se esse projeto dos banqueiros, dos rentistas e dos especuladores da dívida pública for aprovado, ninguém mais vai se aposentar no Brasil. É um projeto que quer canalizar o dinheiro do fundo previdenciário e da Previdência Social para o pagamento de juros da dívida pública.

Quem ganha com o pagamento de juros da dívida pública, de amortização, de serviço da dívida pública? Os bancos, os especuladores e os rentistas. O povo brasileiro não ganha nada, só perde com o pagamento de juros da dívida. É uma dívida que nunca foi auditada. Não há respeito pela Constituição Federal, que determina a auditoria da dívida pública brasileira.

Hoje, a nossa dívida pública já está em mais de cinco trilhões de reais. Ela é superior ao PIB brasileiro, dá quase dois orçamentos do governo federal, da União. Lembro-me de que, quando o Fernando Henrique Cardoso assumiu, a dívida era de 68 bilhões de reais. Hoje a dívida está em cinco trilhões de reais, e o Brasil só pagando juros, serviços e amortização da dívida. Isso é um crime; é isso que sangra o Brasil, e não a Previdência.

Essa reforma da Previdência é uma farsa total e irá afetar todos os trabalhadores, sobretudo os nossos colegas professores e professoras. O Magistério será afetado frontalmente, porque não haverá mais aposentadoria especial para o Magistério no Brasil, tendo em vista que a proposta dele é de 40 anos de contribuição. Ninguém vai conseguir, não tem mais emprego. Ninguém consegue mais.

Também houve a reforma trabalhista do Temer contra os trabalhadores. É a reforma que criou o trabalho intermitente, que precarizou ainda mais o contrato de trabalho. As pessoas não irão conseguir mais emprego. Se conseguirem, elas conseguem por algum tempo, um ano ou dois. Depois serão demitidas.

Não haverá mais como contribuir durante 40 anos para a aposentadoria. A idade mínima também foi aumentada para 60 anos. Então, os professores no Brasil estão liquidados com essa reforma do Bolsonaro, que é pior do que a do Temer, contra a qual nós lutamos e conseguimos segurar no Congresso Nacional.

Essa aqui é pior, porque é do Paulo Guedes, que é um neoliberal selvagem que defende o sistema previdenciário da capitalização. Ele está a serviço das empresas privadas de Previdência. Caso esses grupos entrem na Previdência vão ganhar muito dinheiro em cima dos trabalhadores, sobretudo dos servidores.

Então é um momento de luta, de resistência contra esse projeto que vai destruir a aposentadoria e vai enriquecer ainda mais os banqueiros, os rentistas e os especuladores da dívida pública brasileira. Nós vamos fazer esse debate exaustivamente na Assembleia Legislativa, no Congresso Nacional, o debate da Previdência. Nós vamos mostrar o seguinte: antes de discutir a reforma da Previdência, tem que discutir a dívida pública brasileira, a dívida ativa, os bilhões e bilhões de reais e os principais devedores do fisco da União, do fisco estadual, do fisco municipal. Esse é o grande debate que nós vamos ter que fazer.

Eles têm medo. A mídia não faz, o Parlamento não faz. Querem só atacar a Previdência, a seguridade social que nós conquistamos com muito suor, com muita luta e com muito sangue. Essa vai ser a nossa grande luta contra essa malfadada e perversa reforma da Previdência.

Não posso deixar de registrar aqui, logicamente, até para confirmar o que estou falando, uma matéria que saiu no jornal “Valor Econômico”, ontem. “Com ICMS menor, Gol pode economizar até R\$ 100 milhões”. Por que eu estou mostrando essa matéria? Porque aqui em São Paulo o governador Doria já anunciou que vai privatizar tudo, vai entregar todo o patrimônio público. Ele pretende privatizar de mais de 30 empresas. Ele anunciou que vai privatizar o zoológico, que vai privatizar o Jardim Botânico, vai privatizar tudo.

Ele quer aprovar um projeto que nós vamos obstruir. Nós somos contra. Nós já estamos em obstrução em relação a esse projeto no Colégio de Líderes, o primeiro projeto que ele apresentou aqui, o PL 01, de 2019, que institui um programa de privatização, na prática, de tudo. Ele quer um cheque em branco, quer que nós aprovemos na Assembleia para ele privatizar tudo, sem dar satisfação, mas vai ter resistência. Nós do PSOL, repito, somos contra e já estamos em obstrução a esse projeto.

O que mais me chama atenção é que ele anunciou também que vai dar desconto para as empresas aéreas no ICMS do querosene, da gasolina, do combustível em São Paulo. Esse desconto não vai beneficiar a população, os 45 milhões de habitantes do estado de São Paulo. Vai beneficiar a empresa. “Com ICMS menor, Gol pode economizar até R\$ 100 milhões”.

Ou seja, o governador Doria está a serviço do poder econômico, dos empresários. Ele vai continuar com a política de desoneração que o PSDB pratica no estado de São Paulo há muitos anos. As grandes mineradoras têm isenções, os frigoríficos têm isenções, as empresas do agronegócio têm isenções do ICMS, descontos e outros benefícios. Agora nós vamos ter mais. Ao invés de estancar isso para que o dinheiro seja investido nas universidades e na Educação Básica, sobretudo na Educação Básica, que está abandonada no estado de São Paulo, o governador resolveu enriquecer ainda mais as empresas aéreas. É um absurdo.

Nós estamos denunciando isso e faremos resistência e luta dentro e fora da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO CAETANO - PSDB - Esta Presidência recebe os documentos de V. Exa. e os encaminhará para publicação após exame, nos termos do Regimento Interno.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 15 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO CAETANO - PSDB - Solicito o encaminhamento das minhas palavras à deputada Ana Paula da Silva, deputada estadual de Santa Catarina.

Quero registrar a presença do Sr. Jivago Miguel, estudante, acompanhado do nobre deputado Junior Aprillanti, que nos prestigia aqui hoje.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Carlos Giannazi e suspende a sessão até as 15 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 15 horas e 04 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 34 minutos, sob a Presidência da Sra. Márcia Lula Lia.

A SRA. PRESIDENTE - MÁRCIA LULA LIA - PT - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente, vamos passar ao Grande Expediente.

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

A SRA. PRESIDENTE - MÁRCIA LULA LIA - PT - Reabrindo a sessão pelo Grande Expediente, nós invertemos a ordem da sessão com o deputado Antonio Carlos Junior e, portanto, esta deputada vai apresentar a sua manifestação no Grande Expediente.

O que na verdade eu gostaria de considerar neste momento tão importante, no qual estamos vendo esta Casa ter inúmeros vetos nos seus projetos de lei, é que um dos vetos que tem um significado muito sério para o nosso estado de São Paulo e para a nossa Nação é o veto ao projeto de lei do ex-deputado Adriano Diogo, o Projeto de lei nº 1257, de 2014, que se dispunha a criar o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de São Paulo e também o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de São Paulo, que é previsto numa lei federal de 2013 que tem por escopo a criação do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Essa lei federal cumpria obrigações contidas no Protocolo Facultativo da Convenção da Organização das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, da qual o nosso País, o Brasil, é signatário desde o ano de 2007.

Exatamente esta semana o Subcomitê de Prevenção à Tortura da Organização das Nações Unidas enviou uma mensagem a esta Casa, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Portanto, a ONU se manifestando e criticando o veto do Sr. Governador João Doria que se dispõe a proibir a criação desse órgão tão importante para apurar os casos de tortura que acontecem aqui no estado de São Paulo.

Nós já temos essa lei, a criação desse comitê e desses mecanismos de prevenção à tortura nos estados de Alagoas, Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia e Sergipe e desses, dois possuem um mecanismo de fato que funciona, que são estados do Rio de Janeiro e de Pernambuco.

Portanto, o nosso estado de São Paulo ganharia muito se tivéssemos a criação desse tão importante espaço, que inclusive foi dialogado muito aqui na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais desta Casa com o nosso então presidente Carlos Bezerra na perspectiva de que pudéssemos fazer com que esse projeto de lei fosse apresentado, efetivamente aprovado e que fosse promulgada essa lei.

Infelizmente, o Sr. Governador decidiu por vetar esse projeto de lei, assim como vetou tantos outros. Isso é um prejuízo muito grande para a nossa sociedade, até porque temos denúncias de inúmeros casos de tortura que acontecem na Fundação Casa, haja vista uma matéria que saiu no UOL em novembro de 2017, na qual a Organização dos Estados Americanos através da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, mandou uma comissão aqui para o País para verificar denúncias de torturas acontecidas com crianças e adolescentes na Fundação Casa.

Portanto, seria fundamental que nós tivéssemos esse mecanismo, tivéssemos esse Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de São Paulo. É uma pena que projetos tão importantes dos deputados desta Casa, projetos que estão discutidos na base, projetos que são construídos a muitas mãos têm sido, de uma forma desrespeitosa - diga-se novamente, desrespeitosa - duramente vetados pelo Governo do Estado de São Paulo, tanto pelo governador Geraldo Alckmin, que deixou o governo, quanto pelo governador Márcio França e agora pelo governador João Doria. É uma pena.

Reforço que nesta semana o Subcomitê de Prevenção à Tortura da Organização das Nações Unidas mandou para esta Casa uma crítica veemente ao Sr. Governador, pedindo que os deputados desta Casa façam a derrubada do veto desse projeto de lei. Portanto, nós vamos trabalhar muito para que possamos fazer a derrubada desses vetos, mobilizando a sociedade, os movimentos sociais e todos aqueles que têm interesse em que haja de fato transparência e combate àqueles que aplaudem a tortura em nosso país.

Não permitiríamos que a tortura volte a ser utilizada neste país. Vamos combater todos os mecanismos que foram implementados, e faremos todas as lutas que forem necessárias para que derrubemos esses vetos. São vários os projetos que foram vetados pelo Sr. Governador, que inclusive se encontra nesta Casa no dia de hoje. Muito Obrigada.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 43 minutos.

7 DE FEVEREIRO DE 2019 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidência: DOUTOR ULYSSES

Secretaria: LECI BRANDÃO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - DOUTOR ULYSSES

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - ORLANDO BOLÇONE

Comunica a visita, ontem, do governador João Doria a esta Casa, a fim de ouvir as demandas dos parlamentares. Destaca pleito, da região do Noroeste Paulista, pela construção de uma terceira faixa na Rodovia Washington Luiz. Discorre sobre a necessidade da obra para benefício dos municípios afetados.

3 - LECI BRANDÃO

Faz críticas a declarações do ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez sobre o acesso ao ensino superior dever limitar-se a uma elite intelectual. Destaca a importância do papel do professor para a formação dos alunos como cidadãos. Comenta a visita do governador João Doria a esta Casa, ontem.

4 - CORONEL TELHADA

Lamenta o falecimento da coronel Janete Ribeiro Fiuzu, uma das precursoras da tropa feminina da Polícia Militar no Estado de São Paulo e em toda a América Latina. Menciona visita à Base Aérea de São Paulo, em Guarulhos, e destaca o trabalho com tecnologia desenvolvido pelas Forças Armadas do Brasil. Comunica a morte, a tiros, do subtenente da Polícia Militar do Pará, Alderson Santos das Chagas, em Ananindeua, região metropolitana de Belém. Informa que o governador João Doria, em visita a este Parlamento, comprometeu-se a reduzir o valor dos pedágios em todo o Estado.

5 - ED THOMAS

Destaca moção, de sua autoria, solicitando apoio ao promotor Lincoln Gakyia e a Roberto Medina, coordenador dos presídios na região oeste do Estado, que receberam ameaças de morte de facções criminosas. Solidariza-se com o deputado estadual Coronel Telhada, também vítima de ameaças. Tece comentários sobre a visita a este Parlamento do governador João Doria. Esclarece que solicitou ao governador medidas em relação à região do Oeste Paulista, em especial ao município de Presidente Prudente. Elogia as propostas de João Doria visando a redução do custo dos pedágios e do querosene da aviação.

6 - CORONEL TELHADA

Para comunicação, discorre sobre ameaças realizadas pelo PCC a sua vida e a de seu filho. Cumprimenta Armando Júnior, de 12 anos, filho do cabo Armando, policial militar e morador da Freguesia do Ó, na zona norte de São Paulo, que acompanha seu trabalho pela TV Alesp.

7 - LUIZ CARLOS GONDIM

Elogia o governador João Doria, que, em sua visita a esta Casa, comprometeu-se com a diminuição dos tributos ao agricultor familiar e inaugurou o Expresso Leste, em Mogi das Cruzes. Faz apelo ao governador para que, através da Secretaria de Habitação, possa providenciar a construção de casas no bairro de Jundiapéba, em Mogi das Cruzes, pois 320 famílias que vivem em área de risco devem ser desalojadas por ordem judicial.

8 - BRUNO CAETANO

Concorda com o pronunciamento da deputada Leci Brandão sobre declarações do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez. Elogia a visita do governador João Doria, ontem, a esta Casa. Considera que os poderes Legislativo e Executivo devem funcionar em harmonia. Cita algumas medidas do Governo Doria anunciadas ontem, como a redução do imposto para frutas e verduras embaladas, a diminuição da alíquota do ICM para o querosene da aviação, o parcelamento do IPVA no cartão de crédito e a redução de cargos comissionados em órgãos públicos.

9 - ANTONIO CARLOS JUNIOR

Agradece a presença do governador João Doria nesta Casa, no dia de ontem, com a finalidade de ouvir as demandas dos parlamentares. Pede ao governador e às autoridades competentes análise em relação aos limites de velocidade da Rodovia dos Tamoios. Defende a proposta de isentar professores e policiais da cobrança do Imposto de Renda.

10 - BRUNO CAETANO

Discorre sobre medidas do governador João Doria no primeiro mês de sua gestão, como: o pagamento de bônus aos policiais militares; a autorização para viaturas policiais utilizarem armas de calibre maior no combate ao crime; a contratação de mais de três mil professores; a realização de seis mega operações, pela Polícia Militar, nas rodovias visando o combate ao crime; a abertura da Delegacia de Proteção à Mulher com funcionamento 24 horas por dia; e o Expresso Leste em Mogi das Cruzes, entre outros.

11 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES

Faz aditamento da Ordem do Dia. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 08/02, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Doutor Ulysses.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Muito boa tarde. Presente número regimental de senhoras deputadas e senhores deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior. Esta Presidência convida a nobre deputada Leci Brandão para fazer a leitura da resenha do Expediente.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCDoB - Senhor presidente, temos aqui um requerimento do nobre deputado Sebastião Santos de votos de congratulações para a população de Peruíbe pelo aniversário do município a ser comemorado no dia 18 de fevereiro de 2019. E, ainda, uma Indicação do nobre deputado Luiz Carlos Gondim que é atendimento ao público do Expresso Leste, linha 11 - CPTM, partindo da estação Estudantes na cidade de Mogi das Cruzes para a estação Luz na cidade de São Paulo. Está lida a resenha, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Esta Presidência agradece à nobre deputada Leci Brandão pela leitura da resenha do Expediente.

Iniciamos a chamada dos oradores inscritos no Pequeno Expediente. Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone.

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, nobre deputado Doutor Ulysses Tassinari, é uma honra falar sob a presidência de V. Exa., que é um exemplo moral e profissional, uma referência para esta Casa. Saudó os deputados e deputadas presentes na pessoa da minha querida amiga Leci Brandão, ícone da música, da cultura e também da política no Brasil, um exemplo para a nossa Casa. Saudó o jovem deputado Bruno Caetano, que fez um trabalho brilhante no Sebrae, e o meu querido amigo de alguns anos, o Coronel Telhada.